



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
www.cecs.uminho.pt

BBC nos PALOP's: Análise do Significado Político*

Helena Sousa

Professora Associada

helena@ics.uminho.pt

Universidade do Minho
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Campus de Gualtar
4710-057 Braga
Portugal

* SOUSA, H. (1993) "BBC nos PALOP's: Análise do Significado Político" in *Risco*, nº 20 – Ano IX – Outubro/Inverno 1993.

Resumo:

Este artigo é uma contribuição para o conhecimento do significado político da British Broadcasting Corporation (BBC) nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's). Neste estudo, iremos defender que o principal papel da BBC é o de funcionar como fonte alternativa de notícias. Uma vez que grande parte dos órgãos de comunicação social nos PALOP's continua a ser controlados pelos partidos instalados no poder, a BBC usufrui claramente da falta de liberdade de expressão e da necessidade de informação independente dos poderes políticos.

Palavras-chave:

Serviço Mundial da BBC, África Lusófona, PALOP's, rádios internacionais, poder, democracia, ditadura

BBC NOS PALOP's: ANÁLISE DO SIGNIFICADO POLÍTICO

Por: Helena Sousa
Communications Policy Research Centre
City University, Londres

Introdução

Este artigo é uma contribuição para o conhecimento do significado político da British Broadcasting Corporation (BBC) nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's). Neste estudo, iremos defender que o principal papel da BBC é o de funcionar como fonte alternativa de notícias. Uma vez que grande parte dos órgãos de comunicação social nos PALOP's continua a ser controlados pelos partidos instalados no poder, a BBC usufrui claramente da falta de liberdade de expressão e da necessidade de informação independente dos poderes políticos.

Os grupos de oposição nos PALOP's procuram a BBC como forma de contornar as limitações internas. Paralelamente, os dirigentes políticos que tiveram sistematicamente uma atitude de desconfiança em relação à BBC, procuram também agora 'usá-la' como forma de melhorar a sua imagem no exterior. Por isso, preocupam-se em informar a BBC sobre todas as mudanças que contribuam para a implementação de regimes democráticos.

Embora a BBC afirme que não tem outro objectivo, senão informar, parece claro que, indirectamente, tem contribuído para a abertura dos regimes políticos e para a divulgação de valores ocidentais.

Para uma melhor compreensão do papel do Serviço de Língua Portuguesa e das consequências políticas das suas emissões para os PALOP's, vamos iniciar este artigo com uma explicação sobre a estrutura e funcionamento desse serviço. Em seguida, faremos uma breve abordagem sobre a situação dos PALOP's em termos de liberdade de expressão, uma vez que consideramos este aspecto determinante no impacto da BBC. Por último, iremos analisar, concretamente, o significado político do Serviço Português na África Lusófona.

Serviço Mundial da BBC: A Secção Portuguesa

A BBC é uma organização com características muito particulares. É responsável por dois canais nacionais de televisão, cinco rádios nacionais, 26 rádios regionais e pelo Serviço Mundial. Para além disso, a BBC tem serviços especializados em recolha noticiosa, escuta de rádios, transmissão de dados, estudos de audiência, investigação técnica; tem as suas próprias editoras e desempenha funções relacionadas com a segurança do estado. A BBC tem ainda um importante papel na vida cultural do país, sendo responsável por várias orquestras, arquivos e bibliotecas. Ao todo, 25 mil pessoas trabalham directamente nestes projectos.

Sendo parte integrante da BBC, o Serviço Mundial transmite em inglês e em 36 outras línguas para a maior audiência conseguida por qualquer rádio ou televisão internacional. A sua audiência média é de 120 milhões de pessoas em todo o mundo e este número não inclui países como a China onde estudos de audiência não podem ser feitos¹. Em termos de estrutura, o Serviço Mundial está dividido em três grandes áreas: o Serviço Inglês, o Serviço Europeu e o Serviço para o resto do mundo, chamado 'Overseas Services'. O Serviço de Língua Portuguesa faz parte do Serviço Europeu.

Contrariamente ao que acontece com os serviços de rádio e televisão internos, o Serviço Mundial não é financiado através de uma taxa, mas directamente pelo Parlamento. O financiamento para 1992/93 é de 166 milhões de libras e para 1993/94, de 176 milhões de libras².

O grande paradoxo do Serviço Mundial é que apesar de ter sido concebido e mantido por razões de política externa, espera-se que seja independente na sua programação e informação. Os governos não têm qualquer possibilidade de exercer controlo directo sobre o Serviço Mundial, embora haja formas de garantir que os chamados 'interesses nacionais' não são postos em causa. O Serviço Mundial foi concebido para proteger os interesses britânicos no estrangeiro e, certamente, não continuaria a ser apoiado pelo governo se não fosse considerado 'útil' ao desenvolvimento da sua política externa.

Desde a sua fundação, em 1932, o Serviço Mundial tem ajudado os sucessivos governos britânicos a cumprir objectivos políticos, económicos, psicológicos e até mesmo relacionados com a segurança de estado. De uma forma discreta, o Serviço Mundial ajuda a promover a língua inglesa e valores britânicos no estrangeiro, contribui para o estabelecimento e desenvolvimento de relações comerciais, serve como fonte de informação privilegiada para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e dá aos britânicos um sentido de orgulho nacional.

O facto de o Serviço Mundial da BBC ser um importante instrumento de política externa britânica, não implica que as relações entre este e os vários governos sejam pacíficas. Inúmeras situações de conflito têm surgido ao longo dos tempos, principalmente por haver percepções diferentes, ou mesmo opostas, sobre o que é o 'interesse nacional'. 'Interesse nacional' pode ser considerado como 'o que é benéfico a toda a sociedade'³, mas normalmente explicações do conceito contribuem pouco para a

¹ BBC, (1991) *Nation to Nation*, BBC World Service, Londres, Outubro/1991.

² Ibid.

³ W. David Clinton, 'The National Interest: Normative Foundations' in Richard Little & M. Smith (ed.) (1991) *Perspectives on World Politics*, London and New York, Routledge, p.49.

identificação desses interesses. E, na prática, os governos tendem a identificar 'interesse nacional' com 'interesse governamental'.

Um dos casos mais graves de conflito entre o Serviço Mundial e o governo decorreu nos anos 50, durante a crise do Suez. O governo Conservador estava profundamente chocado com o comportamento 'neutral' da BBC e ameaçou assumir o controle directo. O Serviço Mundial não recuou e continuou a dar voz às críticas quanto à forma como o governo estava a gerir a crise.

O governo argumentava que em casos de conflito externo, vozes de oposição interna não deveriam ser ouvidas: 'O dever de uma rádio internacional é apresentar uma frente unida ao resto do mundo'⁴. Apesar desta crise ser, normalmente, apresentada como um dos melhores exemplos da resistência da BBC às pressões governamentais, ela prova também que o governo esperava 'usar' o Serviço Mundial como instrumento de política externa.

Fazendo parte do Serviço Mundial, a secção Portuguesa tem estado directamente envolvida nas suas estratégias e objectivos. Aliás, o seu percurso pode ser interpretado como uma demonstração clara de opções relacionadas com objectivos de política externa.

O Serviço Português começou a transmitir para Portugal em 4 de Junho de 1939, precisamente quando a propaganda nazi se intensificava e a II Guerra Mundial estava prestes a começar⁵. Nesta fase, os regimes ditatoriais na Península Ibérica tinham clara simpatia pela política alemã e italiana. Tropas germânicas, por exemplo, apoiaram Franco durante a guerra civil de Espanha e a consituição portuguesa de 1933 seguia o modelo da Itália fascista.

As primeiras transmissões da BBC para Portugal coincidiram com um período de censura bastante apertada. E, enquanto em Portugal o regime de Salazar defendia valores conservadores como ordem, nação, família e Deus, as forças de oposição interna identificavam-se com valores liberais, que a Inglaterra simbolizava. Não surpreende portanto, que ouvir a BBC, em Portugal, fosse uma actividade pouco apreciada pela polícia do regime.

Nesta fase, o Serviço Português da BBC estava particularmente empenhado em servir como alternativa aos órgãos de comunicação nacionais, que dificilmente escapavam à eficácia dos serviços da censura. Através da BBC, uma vasta audiência em Portugal tinha acesso a informação independente e tinha a possibilidade de constatar o isolamento de Portugal em relação ao resto do mundo.

Este período da BBC pode ser caracterizada pela importância crucial dos acontecimentos internacionais. Com este serviço, a Grã-Bretanha teve possibilidade de divulgar valores democráticos e de contrariar propaganda totalitária. Mas, depois da guerra, grandes transformações haveriam de surgir. A Europa estava arrasada e a prioridade era a reconstrução. O derrube dos regimes ditatoriais na Península Ibérica não era prioritário. Estes regimes passaram a ser considerados 'inofensivos' e, além do mais, tinham mantido uma posição de neutralidade durante a guerra.

⁴ Raymond Kuhn (ed.) (1985) *The Politics of Broadcasting*, London & Sydney, Croom Helm, p.34.

⁵ Não existe bibliografia sobre a história do Serviço Português da BBC. Grande parte dos factos históricos aqui apresentados baseiam-se numa comunicação pessoal (14.09.92) de Manuel Santana, chefe da Secção Portuguesa da BBC. Interpretação dos factos históricos - apresentados na comunicação - são da nossa inteira responsabilidade.

O Serviço Português da BBC continuava a transmitir boletins noticiosos, documentários, análises e programas culturais, mas a sua importância política estava claramente a diminuir. Por um lado, a oposição, em Portugal, percebia a falta de interesse por parte dos governos ocidentais em derrubar a ditadura; por outro lado, o governo britânico começou a intensificar contactos com o regime de Salazar e passou a defender apenas uma democratização progressiva para o país. De hostilidade em relação à ditadura salazarista, a política externa britânica passou a demonstrar uma simpatia moderada pelo regime.

Neste novo contexto, o Serviço Português deixou de ser considerado importante para os interesses britânicos e, no dia 10 de Agosto de 1957, acabou por ser encerrado - uma medida que iria certamente agradar a Salazar. O encerramento do serviço foi posteriormente considerado um inegável erro político. 'O encerramento de serviços teve um impacto negativo nos respectivos países e, como ficou bem claro com o caso Português, pessoal bem treinado foi disperso e audiências foram perdidas'⁶.

O Serviço Português seria reaberto em 28 de Abril de 1963, quando as relações diplomáticas entre Portugal e a Grã-Bretanha atravessavam um período difícil. O Governo indiano tinha tomado Goa e devido à posição britânica no conflito, as relações tinham sofrido uma deterioração nítida. Para além disso, a década de 60 iria trazer grandes dificuldades ao regime de Lisboa: os sentimentos nacionalistas nas colónias intensificavam-se e as guerras de libertação começavam na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

Quando o serviço foi reaberto, a intenção inicial era a de continuar a transmitir para Portugal, mas a instalação de um potente transmissor no Atlântico, em 1967, fez com estes programas passassem a ser também ouvidos nos territórios portugueses em África. Rapidamente, a BBC conquistou ouvintes entre militares, 'portugueses da metrópole' a viver nesses territórios e mesmo entre uma elite africana que começava a ter força política.

Se por um lado aumentava a audiência em África, ela diminuía em Portugal. Com o fim da censura e do período revolucionário de 1975/76, tornava-se cada vez mais evidente que os meios de comunicação portugueses iam gradualmente conquistando mais audiência e a BBC passava para segundo plano.

Entre 1976 e 1981, o Serviço Português apercebe-se que está a perder importância política em Portugal e procura uma nova fórmula para dar resposta ao mercado africano que promete ser o principal destinatário dos seus programas. Portanto, jornalistas começam a ser recrutados não só de Portugal, mas também dos PALOP's (neste momento, 50% são africanos), o serviço passa a ter correspondentes em todos os PALOP's e os seus noticiários são editados tendo em consideração as audiências africanas.

A secção Portuguesa tem cinco programas diários, dos quais um é para a Europa, outro para a Europa e África e os restantes três são apenas para África. Em Março de 1992, a secção tinha 15 elementos (este número não inclui elementos da administração, correspondentes no estrangeiro e colaboradores). O Orçamento do serviço para 1992/93 é de 637 mil libras ⁷.

⁶ Gerald Mansell (1982) *Let Truth be Told*, London, Weidenfeld and Nicolson, p.254.

⁷ BBC, *BBC World Service 1992-93 Plan*, Londres, p.13-14.

Comunicação Social nos PALOP's

Como não é possível apresentar aqui uma caracterização pormenorizada dos órgãos de comunicação social nos PALOP's, vamos concentrar-nos em aspectos directamente relacionados com a falta de liberdade de expressão. A compreensão deste fenómeno é importante para este estudo porque pensamos que a principal razão da importância política da BBC nos PALOP's é precisamente porque funciona como fonte alternativa à informação produzida nestes países. Uma vez que grande parte dos meios de comunicação nacionais são controlados pelos governos, a BBC surge como uma voz credível e informada sobre o que está a acontecer no plano doméstico e internacional.

Na África Lusófona, os meios de comunicação social têm estado sistematicamente sob controlo governamental. Sobrevivem, em termos genéricos, com financiamento dos estados e servem os interesses dos regimes no poder. Com a recente tendência para a abertura dos regimes, alguns grupos de oposição começaram a lutar pelo seu próprio espaço na comunicação social, reivindicam o direito de comunicar com os seus apoiantes e com o público em geral. Há, de facto, alguns sinais de mudança. Mudança extremamente lenta e, em alguns casos, quase impossível.

Em Angola e Moçambique não há censura directa e não existe também qualquer legislação acerca do que pode ou não ser publicado. Além disso, recentes alterações introduzidas nas duas constituições garantem liberdade de expressão e pluralismo de opinião. Mas, na prática, há mecanismos eficazes para proteger os governos contra opiniões críticas.

'Nestes países, os jornalistas sabem o que devem fazer. Eles podem não saber exactamente como é que essa informação chegou até eles, mas sabem o que podem escrever. Eles aceitam as regras não-escritas', afirma Anita Coulson, antiga correspondente da BBC em Angola⁸.

Em Angola, até recentemente, havia o Departamento da Informação e Propaganda (DIP) para garantir que a informação chegava ao público de uma forma 'correcta'. O DIP tinha como principais funções transmitir as decisões do partido (MPLA) sobre questões editoriais aos responsáveis pelos órgãos de comunicação e, para além disto, os editores deveriam submeter à apreciação do DIP questões consideradas controversas⁹.

Apenas pela existência do DIP, é possível avaliar as limitações a que os jornalistas e editores estavam sujeitos. Para além de não ser dito o indesejável, o DIP tinha ainda a sua forma muito própria de propagar a sua ideologia. 'No caso da UNITA, por exemplo, os jornalistas sabiam que se lhes chamassem 'rebeldes' o texto não seria publicado. Eles deviam descrever a organização como um grupo de 'terroristas', 'bandidos' ou 'fantoques'¹⁰.

Estas designações foram alteradas com a Cimeira de Paz de Gbdadolite, no Zaire, quando o presidente Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi,

⁸ Entrevista realizada em 14 de Julho de 1992. Anita Coulson trabalhou como correspondente em Angola para os Serviços Ingleses da BBC. Actualmente é sub-editora nos Serviços Ingleses do Serviço Mundial da BBC.

⁹ Anita Coulson, (1990) 'Angola, the Party Line' in *Index on Censorship*, Maio, 1990, p.22.

¹⁰ Entrevista com Anita Coulson, Op. Cit.

apertaram a mão, num acordo de cessar-fogo. A partir de então elementos da UNITA deveriam passar a ser descritos como 'rebeldes'¹¹.

A informação em Angola era, de facto, um monopólio do MPLA e os jornalistas, mesmo quando não recebiam orientações claras sobre o que deveriam escrever, estavam conscientes da linha partidária. Em Junho de 1990, algumas alterações foram introduzidas: os órgãos de comunicação social foram, formalmente, retirados do controle directo do partido no poder. Foi criado um ministério da Informação e é sob orientações deste departamento que estão agora os meios de comunicação.

Apesar destas alterações formais, não há ainda mudanças significativas. João Van Dunen, produtor no Serviço Português da BBC, diz que pouco mudou em termos de liberdade de expressão. 'O ministério da Informação ainda define o que é 'informação'. Não há instituições independentes para garantir a liberdade de imprensa e os jornalistas ainda são recompensados de acordo com a sua fidelidade ao partido'¹².

Angola tem ainda uma comunicação social extremamente controlada, situação que parece ser ligeiramente diferente em Moçambique. Embora não seja ainda possível falar de liberdade de imprensa, Anita Coulson afirma que - em termos comparativos - há mais liberdade de expressão em Moçambique do que em Angola¹³.

Todos os responsáveis nos órgãos de comunicação garantem que em Moçambique não existe censura directa. Teoricamente, os jornalistas têm liberdade para escreverem de acordo com os seus critérios profissionais. Na prática, as decisões de política editorial são tomadas pelo Comité Central da FRELIMO e transmitidas pelo ministro da Informação (ou pelo director Nacional da Informação) aos directores-gerais das empresas de comunicação¹⁴.

Os jornalistas não tinham muitas alternativas senão seguir as 'orientações' do poder. A FRELIMO fazia passar saber se era ou não 'oportuno' ou de 'interesse nacional' fazer a cobertura de questões como, por exemplo, corrupção, administração incompetente, relações entre a FRELIMO e a RENAMO, entre outras.

Apesar deste passado recente pouco favorável à liberdade de expressão, desde a assinatura dos Acordos de Roma, em Outubro de 1992, há sinais de mudança em Moçambique. Começam a surgir alguns órgãos de comunicação social independentes (o Media-Fax é um bom exemplo) e o governo parece afastar-se gradualmente do controle directo dos meios de comunicação.

No que toca à Guiné-Bissau, o autoritarismo mantém-se, apesar das recentes alterações constitucionais que passaram a garantir formalmente a liberdade de imprensa. Na opinião de Lúcio Monteiro, produtor do Serviço Português da BBC, esta garantia constitucional não trouxe mudanças significativas. 'Liberdade de expressão não existe na Guiné-Bissau. Os grupos de oposição não têm acesso aos meios de comunicação'¹⁵

Lúcio Monteiro não acredita em alterações significativas a curto prazo. 'Primeiro, o nível profissional dos jornalistas é muito baixo. Segundo, os jornalistas sabem que o seu 'sucesso profissional' depende da fidelidade às orientações do

¹¹ Ibid.

¹² Entrevista com João Van Dunen, 20 de Julho de 1992.

¹³ Entrevista com Anita Coulson, Op. Cit.

¹⁴ Anita Coulson (1990) 'Mozambique, Press Freedom beckon...but the door is only half open' in Index on Censorship, May/1990, p. 25.

¹⁵ Entrevista com Lúcio Monteiro, 17 de Agosto de 1992.

governo¹⁶. Para além do nível académico e profissional dos jornalistas, o governo do PAIGC, é considerado um dos regimes mais duros de África. Portanto, apesar das alterações constitucionais, é provável que o regime de 'Nino' Vieira procure adiar a abertura política a todo o custo.

Em termos de liberdade de imprensa, S. Tomé e Príncipe não difere consideravelmente do caso anterior. Os dirigentes políticos controlam cuidadosamente o conteúdo das mensagens transmitidas pelos órgãos de comunicação, mas não apenas indirectamente. Em S. Tomé ainda existe pré-censura: 'O governo não permite transmissões directas e todas as opiniões têm que ser examinadas antes de serem transmitidas', explica Légio Monteiro¹⁷.

No contexto dos PALOP's, Cabo Verde pode ser considerado uma excepção. Apesar dos órgãos de comunicação mais importantes terem sido nacionalizados depois da independência, o partido no governo era relativamente tolerante em relação às vozes críticas. 'Em termos de liberdade de expressão, Cabo Verde não pode ser comparado com os outros PALOP's. Foi diferente no passado e é diferente hoje', afirma Jorge Araújo, produtor no Serviço Português da BBC¹⁸.

Cabo Verde foi governado, desde a independência, por um regime unipartidário civil. Um regime de partido único, por si, não favorece o pluralismo e a liberdade de expressão, mas - neste caso - também não deu origem a um regime particularmente repressivo.

Hoje, o partido no poder (MPD) afirma que os meios de comunicação são independentes do controle governamental e que essa liberdade deverá continuar a ser respeitada. 'Apesar de algumas excepções escandalosas, pode dizer-se que a liberdade de expressão existe sem problemas de maior', diz José Vicente Lopes, correspondente da BBC em Cabo Verde¹⁹

Em termos genéricos, pode dizer-se que os PALOP's não têm qualquer tradição de liberdade de imprensa e não é previsível que tal seja possível a curto prazo. Primeiro, o poder colonial usava a comunicação social para defender os seus interesses. Mais tarde, os regimes de partido único passaram a controlá-la para evitar a oposição e para se perpetuarem no poder.

Impacto do Serviço Português nos PALOP's

Para analisarmos o impacto da BBC nos PALOP's, vamos, em primeiro lugar, apresentar alguns dados relativos aos níveis de audiência. Em seguida, iremos examinar o papel da BBC nestes países e, finalmente, faremos uma análise das consequências políticas das transmissões.

No caso de Angola e de Moçambique só recentemente foram feitos estudos de audiência nas capitais. Nas regiões do interior não é ainda possível ter um conhecimento detalhado dos níveis de audiência da BBC. Em 1991, Maputo foi a primeira cidade a ser

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Entrevista com Jorge Araújo, 18 de Agosto de 1992. Jorge Araújo é também jornalista do semanário 'O Independente', onde escreve sobre Africa.

¹⁹ Excerto de uma reportagem do programa *Perspectiva* do Serviço Português da BBC, transmitido no dia 22 de Fevereiro de 1992. José Vicente Lopes é também correspondente do diário 'Público' em Cabo Verde.

estudada, em pormenor, pelo Internacional Broadcasting Audience Research (IBAR) 20.

Os resultados deste estudo indicam que a BBC está numa posição de vantagem em relação às restantes rádios internacionais. O Serviço Português da BBC consegue metade da audiência de todas as rádios internacionais a transmitir para Maputo. A sua audiência regular na capital é de 16 mil pessoas, numa população de 230 mil. A audiência total da BBC (todos os que sintonizaram a estação nos passados 12 meses) é mais do dobro da audiência regular. As conclusões do estudo realçam o facto de dois terços da audiência da BBC ser constituída por homens. Em termos etários, é a faixa entre os 25 e os 39 anos que mais ouve e é notório o facto de a BBC ser ouvida entre as camadas mais instruídas da população.

Sobre a forma como a BBC é vista, os resultados indicam que tem uma imagem mais positiva do que as restantes rádios internacionais usadas como termo de comparação (Voz da América, Radio South Africa, Rádio Portugal, Deutsche Wella e Rádio França Internacional). A imagem positiva da BBC depende essencialmente da qualidade da informação, credibilidade da estação e independência do poder político.

Em Luanda, a situação não difere consideravelmente da de Maputo. Numa população superior a um milhão de habitantes, a BBC tem uma audiência regular de 57 mil pessoas 21. A grande maioria da audiência é composta por homens (83%), com formação acima da média e idade também superior à média da amostra. A imagem da BBC é também bastante positiva entre os 1500 indivíduos entrevistados para estudo. Mais de metade afirmaram que a BBC 'dá informações correctas'(69%), 'dá muita informação' (58%), 'é credível' (56%) e 'percebe de questões angolanas' (53%) 22.

No que diz respeito aos restantes PALOP's, não foi até agora feito qualquer estudo de audiência que ajude a avaliar o significado da BBC nos países. No entanto, o sub-chefe do Serviço Português, Carlos Araújo, pensa que, na Guiné-Bissau, há um grande interesse pela BBC. 'Pelo menos na capital, Bissau, sabemos que temos uma grande audiência. As pessoas ouvem até o *Suplemento Especial*, um programa que é concebido apenas para a Europa' 23.

Carlos Araújo pensa que este interesse tem a ver com a atenção que a BBC tem dedicado ao país: 'Nesta fase de transição para a democracia, nós temos dado particular atenção à Guiné. Estamos a dedicar cada vez mais tempo dos nossos noticiários a este país' 24.

Embora também não haja números para o caso de S. Tomé e Príncipe, o sub-chefe do Serviço Português diz ter a certeza de que estão em melhor posição do que as restantes rádios internacionais. 'Durante a recente crise institucional, todos os políticos ouviam a BBC. A nossa correspondente, em S. Tomé, dizia-nos que mesmo o presidente, Miguel Trovoada, acordava às seis da manhã para ouvir o nosso primeiro programa' 24.

²⁰ IBAR, *The BBC in Lusophone Africa*, Survey in Maputo, Mozambique, Agosto/1991. O IBAR é um departamento da BBC que se dedica ao estudo das audiências.

²¹ IBAR, *The BBC in Lusophone Africa*, Survey in Luanda, Angola, Abril/1992 (Versão Provisória)

²² Ibid.

²³ Entrevista com Carlos Araújo, 14 de Julho de 1992.

²⁴ Ibid.

²⁴ Ibid.

Cabo Verde é provavelmente o único PALOP onde a BBC não tem uma posição dominante. 'Nós pensamos que a Voz da América está mais bem colocada do que nós. Pelo menos, há dois anos estava em melhor posição. Agora, não tenho a certeza', afirma Carlos Araújo 25 .

Em suma, pode dizer-se que na África Lusófona, a BBC é mais ouvida sobretudo por homens com formação académica superior à média e com melhor qualidade de vida. Se tivermos em consideração estes aspectos mais o facto de os níveis de audiência serem relativamente baixos (apesar de superiores às outras rádios internacionais) parece evidente que a BBC não é particularmente ouvida pela população em geral.

A sua audiência deverá ser formada, essencialmente, por políticos, funcionários públicos, diplomatas, elementos de organizações internacionais e por alguns cidadãos mais interessados na vida política nacional e internacional.

Uma vez que temos uma ideia da audiência da BBC nos PALOP's, passamos a analisar o seu papel. Naturalmente, o papel que a BBC desempenha nos PALOP's depende não apenas do que a BBC transmite, mas também do que os restantes meios de comunicação produzem. A BBC tem de competir com os meios de comunicação nacionais e com rádios internacionais como a Voz da América, a Radio South Africa e a Rádio Difusão Portuguesa, entre outras. Para continuar a desempenhar um papel significativo, a BBC deverá oferecer essencialmente o que os órgãos de comunicação nacionais não conseguem.

Nos PALOP's, os media têm estado sistematicamente sob control governamental. Apesar dos recentes processos de abertura política, em alguns países a informação é ainda controlada directamente pelos governos. Esta falta de liberdade de expressão tem sido extremamente favorável à implementação da BBC nos PALOP's. Esta é, aliás, a principal razão pela qual a BBC continua a ter um peso considerável nestes países.

Estando sob control dos poderes políticos, os meios de comunicação nacionais não conseguem ser credíveis e a BBC procura preencher este vazio. 'Todos estes anos de partido único subverteram completamente o papel dos media nacionais. O monopólio da informação destruiu qualquer possibilidade de ter uma imprensa independente. A comunicação social em Angola não é independente e as pessoas sabem que, na BBC, a informação é independente e equilibrada', afirma o correspondente da BBC em Angola, Reginaldo Silva 26.

Um dos trunfos da BBC tem sido a possibilidade de dar voz aos grupos de oposição. Uma vez que a oposição não podia expressar-se nos meios de comunicação controlados pelos partidos no poder, a BBC contitui, para eles, a melhor forma de garantir o 'direito de resposta' às posições governamentais. De acordo com o correspondente da BBC na Guiné Bissau, Salvador Gomes, 'uma vez que o PAIGC (partido no poder) censura todas as vozes da oposição, as novas forças políticas vêm a BBC como o único meio para transmitir as suas opiniões'²⁷

Salvador Gomes afirma ainda que as novas forças políticas costumam organizar conferências de imprensa exclusivamente para imprensa estrangeira como

²⁵ Ibid.

²⁶ Entrevista escrita com Reginaldo Silva, 31 de Agosto de 1992.

²⁷ Entrevista escrita com Salvador Gomes, 14 de Agosto de 1992.

forma de evitar a censura interna. Estes políticos não têm instrumentos legais e tecnológicos para impedir a recepção das rádios internacionais nos seus países. Portanto, os grupos de oposição procuram essas rádios como forma de contornar a falta de liberdade interna.

Esta realidade explica, parcialmente, a dificuldade que a BBC teve em conquistar a confiança dos partidos do governo nos PALOP's. Alimentava-se a ideia de que os órgãos de comunicação ocidentais apoiavam os grupos de oposição e os políticos recusavam-se a falar com quem afirmavam estar contra eles. 'É sempre muito mais fácil falar com a oposição, mas no caso de Angola, por exemplo, foi extremamente difícil fazer com que o governo aceitasse falar conosco', diz Carlos Araújo ²⁸.

Esta situação de desconfiança começou progressivamente a mudar devido a uma série de factores. Os processos de democratização, no bloco de Leste, fizeram com que alguns dirigentes percebam a necessidade de alguma abertura política. Os próprios jornalistas da BBC procuravam convencer os governos de que não beneficiariam com o facto de não apresentarem a sua versão dos acontecimentos. Afinal de contas, os grupos de oposição não perdiam essa oportunidade.

'Durante a guerra de Mavinga (Dezembro de 1989 - Abril de 1990), por exemplo, nós tínhamos a versão da UNITA, mas o MPLA não queria falar. Então, fizemos imensa pressão e, finalmente, foi aceite o nosso pedido porque alguns dirigentes partidários perceberam que a sua estratégia já não resultava', diz Carlos Araújo ²⁹.

O processo de abertura em relação às rádios estrangeiras foi relativamente lento e variou de acordo com os desenvolvimentos políticos em cada país. Mas, em termos genéricos, jornalistas da BBC, em Londres, e correspondentes nos PALOP's dizem que hoje é claramente mais fácil conseguir uma entrevista ou uma reacção dos políticos no poder. Antes das eleições em Angola (29-30 de Setembro de 1992), por exemplo, líderes políticos (entre os quais quatro presidentes) de todos os PALOP's aceitaram ser entrevistados pela BBC sobre as eleições neste país.

Apesar dos governos não terem deixado de controlar os órgãos de comunicação interna, a atitude em relação à BBC e às outras rádios internacionais mudou consideravelmente. É possível que haja, agora, uma consciencialização da necessidade de melhorarem a sua imagem no estrangeiro, uma vez que as suas economias estão muito dependentes da ajuda externa.

A Guiné-Bissau é um bom exemplo do reconhecimento da necessidade de abertura à imprensa estrangeira para contrariar a crescente oposição e para melhorar a sua imagem. A Guiné é um país que depende largamente da ajuda internacional e a BBC tem, inúmeras vezes, dado voz a acusações de violação dos direitos humanos e de repressão das forças de oposição. Reconhecendo que muito está em jogo, o governo guineense começou também a organizar conferências para a imprensa estrangeira.

Neste contexto, pode afirmar-se que o principal papel da BBC nos PALOP's é o de servir como fonte alternativa e credível de notícias sobre os próprios PALOP's. As sondagens de opinião realizadas pelo IBAR em Angola e Moçambique confirmam que a principal razão pela qual as pessoas ouvem a BBC é pelo rigor noticioso. As notícias são consideradas bem investigadas e bem confirmadas.

²⁸ Entrevista com Carlos Araújo, 14 de Julho, 1992.

²⁹ Ibid.

Para além de servir como alternativa às fontes noticiosas nacionais, a BBC poderá ainda desempenhar outros papéis. Carlos Araújo diz que a BBC não pretende mais do que informar e diz não ser o seu papel ajudar a desenvolver uma maior consciencialização política ou promover valores democráticos. 'É possível que uma informação mais independente contribua para uma melhor compreensão do quadro político nos respectivos países e é possível que isso ajude as pessoas a tomar decisões políticas, mas isto não é o nosso objectivo', afirma o sub-chefe do Serviço Português ³⁰.

De facto, seria difícil para a BBC desempenhar um papel significativo na promoção de ideias democráticas. Os PALOP's não têm tradição democrática e tentativas neste sentido poderiam ser entendidas como uma forma de colonialismo ideológico. 'A BBC tem que ter cuidado quando estabelece a diferença entre 'explicar' e 'promover' ideias. É claro que o estabelecimento desta diferença será sempre subjectivo, mas é importante que seja definida para que a BBC não seja entendida como uma instituição que sugere às pessoas o que elas devem fazer', afirma Tom Young, especialista em questões africanas ³¹.

Mesmo considerando que o Serviço Português da BBC não tem outro objectivo senão o de informar com independência, é nítido que os PALOP's estão a adoptar progressivamente uma ideologia mais liberal, o que significa uma aproximação aos valores que a BBC representa. Ainda que a política da secção seja a de informar 'apenas', a sua agenda reflecte valores ocidentais. O Serviço dá, por exemplo, grande atenção a todos os desenvolvimentos que contribuam para o estabelecimento de regimes democráticas nos PALOP's.

Tendo em consideração a sua história, não pode esperar-se que a BBC seja 'neutral' em relação a valores básicos das sociedades ocidentais como democracia, pluralismo, liberdade de expressão, economia de mercado, entre outros.

As implicações políticas da BBC nos PALOP's estão directamente relacionadas com o papel que desempenha nesses países. Sendo uma fonte alternativa de notícias, a BBC tem necessariamente consequências políticas. O facto de a BBC dar voz às forças de oposição significa que já não é possível evitar que vozes discordantes sejam ouvidas dentro dos próprios países. Os líderes políticos sabem que a maior parte da população não ouve a BBC, mas estão atentos ao facto de uma camada mais informada receber uma versão dos acontecimentos diferente daquela que é apresentada internamente.

Forças da oposição nos PALOP's viram o acesso aos órgãos de comunicação sistematicamente negado. No caso de Moçambique, por exemplo, a BBC dava voz à RENAMO quando isso era inconcebível dentro do país. A voz do líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, foi ouvida, pela primeira vez, na Rádio Nacional de Moçambique no Verão de 1992. Acontecimento que deverá estar directamente relacionado com as negociações de paz que estavam a decorrer entre os rebeldes e o governo de Maputo.

Na Guiné-Bissau, as denúncias da oposição divulgadas pela BBC têm também frequentemente consequências políticas. O correspondente da BBC em Bissau diz que devido ao impacto causado por denúncias, 'o próprio presidente teve que pedir a um

³⁰ Ibid.

³¹ Prof. Tom Young é investigador do Departamento de Economia e Política da School of Oriental and African Studies, da London University. Entrevista realizada no dia 14 de Julho de 1992.

governador regional para ajudar as novas forças políticas no processo de legalização dos partidos ³².

Apesar da BBC ter contribuído para que os grupos de oposição pudessem expressar-se, hoje pode dizer-se que os governos também procuram formas de usar a BBC em seu favor. 'Nós temos muita informação em primeira mão porque muitos políticos no poder, em Angola, preferem dar 'furos' à BBC do que aos órgãos de comunicação nacionais', explica Reginaldo Siva ³³.

Em geral, os políticos no poder preocupam-se em informar a BBC, assim como outras rádios internacionais, sobre todas as questões relacionadas com a introdução de sistemas multi-partidário e evolução para sistemas democráticos. Com isto, espera-se que os governos ocidentais tenham uma melhor imagem dos regimes no poder, com as consequências que daí podem advir como maior cooperação económica e humanitária.

Nesta fase de transição para a democracia, os PALOP's precisam de ser reconhecidos pela comunidade internacional e a BBC pode ser instrumento importante para melhorarem as suas relações externas.

Conclusão

O impacto do Serviço de Língua Portuguesa nos PALOP's é relativamente recente porque a audiência africana não fazia parte dos seus objectivos durante grande parte da sua existência. O que transformou significativamente o potencial da BBC, na África Lusófona, foi a instalação do transmissor no Atlântico, em 1967. Com esta instalação, a programação do serviço passou a ser ouvida, com relativa qualidade, em África.

Uma vez que, nos anos 70, a censura foi abolida e dado que após o período revolucionário a imprensa portuguesa passou a ser mais credível, a BBC perdeu audiência em Portugal. A grande alternativa da secção era explorar o enorme potencial dos PALOP's, já que a independência não significou qualquer melhoria em termos de liberdade de imprensa. Os principais órgãos de comunicação social foram nacionalizados e estavam ao serviço do chamado 'desenvolvimento' dos países, ou seja, ao serviço de governos não democráticos.

A BBC percebe que os seus melhores mercados foram, e ainda são, aquelas onde não existe pluralismo interno e onde fontes alternativas de notícias são necessárias. Os estudos de audiência do IBAR revelam que a BBC é ouvida entre as camadas mais instruídas da população, o que pode significar que é importante entre aqueles que não têm confiança nos media nacionais.

A importância da BBC nos PALOP's não reside nos níveis de audiência, mas no facto de ser ouvida por líderes de opinião e dirigentes políticos. Nesta fase, o Serviço Português é importante porque os órgãos de comunicação nacionais não dão ainda resposta cabal às necessidades dos países.

A questão que agora se coloca é durante quanto tempo é que a BBC continuará a desempenhar um papel significativo nos PALOP's. A curto prazo, é provável que não haja necessidade de grandes transformações. Os órgãos de comunicação social nos PALOP's têm ainda que percorrer um longo caminho até conquistarem uma relativa independência. No entanto, a médio ou longo prazo, a BBC poderá ser ameaçada pela

³² Entrevista com Salvador Gomes, Op. Cit.

³³ Entrevista com Reginaldo Silva, Op. Cit.

qualidade e quantidade de meios de comunicação nacionais e regionais. Nessa altura, o seu papel tradicional de fonte alternativa de notícias pode entrar em declínio, tal como aconteceu em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

- Bender, Gerald: Angola Under the Portuguese, The Myth and the Reality, Heinemann, Londres, 1978.
- Briggs, Asa: Governing the BBC, British Broadcasting Corporation, Londres, 1979.
- Burton, P.: British Broadcasting, University of Minnesota Press, Minneapolis, 1956.
- Faringer, Gunilla L.: Press Freedom in Africa, Praeger, Nova Iorque, 1991.
- Hachten, William A.: Muffled Drums, Iowa State University Press, Iowa, 1971.
- Head, Sydney W. (ed.): Broadcasting in Africa, A Continental Survey of Radio and Television, Temple University Press, Filadélfia, 1974.
- Head, Sydney W.: World Broadcasting Systems, A Comparative Analysis, Wadsworth Publishing Company, Califórnia, 1985.
- Katz, Elihu & George Wedell: Broadcasting in the Third World, Promise and Performance, MacMillan Press, Londres, 1978.
- Kuhn, Raymond (ed): The Politics of Broadcasting, Croom Helm, Londres, 1985.
- Lamb, David: The Africans, Bodley Haed, Londres, 1982.
- Little, Richard & Michael Smith (ed): Perspectives on World Politics, Routledge, Londres e Nova Iorque, 1991.
- Mansell, Gerald: Let Truth Be Told, 50 years of BBC External Broadcasting, Weidenfeld and Nicolson, Londres, 1982.
- Ochs, Martin: The African Press, The American University of Cairo, Cairo, 1986.
- Tunstall, Jeremy: The Media in Britain, Constable, Londres, 1989.
- Wedell, George (ed.): Making Broadcasting Useful: The African Experience, Manchester University Press, Manchester, 1986.